



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**JOÃO MATHEUS DE JESUS DOREA**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SILENCIAMENTO: O DESAFIO DA INCLUSÃO  
DA TEMÁTICA LGBTQIAPN+ NA BNCC, NOS PCNs E NO PNE**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE  
2025**

**JOÃO MATHEUS DE JESUS DOREA**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SILENCIAMENTO: O DESAFIO DA INCLUSÃO  
DA TEMÁTICA LGBTQIAPN+ NA BNCC, NOS PCNs E NO PNE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito para a obtenção do título de Bacharel em  
Humanidades, na Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB  
– Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Benitez Martins.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE  
2025**

**JOÃO MATHEUS DE JESUS DOREA**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SILENCIAMENTO: O DESAFIO DA INCLUSÃO  
DA TEMÁTICA LGBTQIAPN + NA BNCC, NOS PCNs E NO PNE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Benitez Martins.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Benitez Martins (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Veronica Albuquerque Almeida**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caterina Alessandra Rea**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>PROBLEMA DE PESQUISA</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>6</b>
<b>4</b>	<b>OBJETIVO GERAL</b>	<b>7</b>
4.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
<b>5</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>8</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>10</b>
<b>7</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>12</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>13</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escola, espaço que deveria ser sinônimo de acolhimento, foi para mim um dos ambientes mais hostis que frequentei em toda a minha vida. Durante os anos do ensino fundamental, especialmente entre o 6º e o 9º ano, vivenciei diversas situações de humilhação, exclusão e violência simbólica e verbal por expressar minha identidade de forma espontânea. Expressões como "engrossa essa voz, menino!" ou "ande feito homem!" marcaram não apenas meu crescimento escolar, mas também minha construção emocional, deixando traumas que, até hoje, ecoam. O medo constante de represálias, a ausência de apoio familiar e o silêncio institucional da escola transformaram um espaço que deveria ser de formação em um lugar de dor.

Infelizmente, essa realidade não se restringe à minha história pessoal. Crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ em todo o país enfrentam cotidianamente situações semelhantes. A homofobia escolar, manifesta por agressões diretas, exclusões sutis ou pelo silenciamento institucional, evidencia a falência de uma escola que, embora juridicamente comprometida com a inclusão, na prática ainda se estrutura sobre bases conservadoras, cisheteronormativas e excludentes.

Um dos pilares centrais que sustentam esse cenário é a invisibilização da diversidade sexual e de gênero nos documentos oficiais da educação brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE), entre outros marcos legais, em sua maioria, omitem referências diretas e nítidas à população LGBTQIAPN+, dificultando o desenvolvimento de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas. Essa ausência não é apenas um detalhe técnico: ela representa um silenciamento institucionalizado, que legitima a reprodução da homofobia dentro das escolas e dificulta o trabalho de educadores comprometidos com uma educação emancipadora.

Este trabalho propõe uma análise crítica desses documentos, com o objetivo de investigar como a exclusão da temática LGBTQIAPN+ nos referenciais legais contribui para a manutenção da homofobia no ambiente escolar. Parte-se do entendimento de que o currículo é um campo político e que o que se escolhe ensinar — e o que se escolhe omitir — revela os valores que se deseja perpetuar.

A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, se justifica pela urgência de se pensar uma escola que vá além da mera inclusão física dos sujeitos, mas que promova o reconhecimento pleno de suas identidades, histórias e subjetividades. Ao unir vivências pessoais com reflexão teórica, este estudo busca contribuir para a construção de uma educação

comprometida com os direitos humanos, com a justiça social e, sobretudo, com a dignidade de existir.

## **2 PROBLEMA DE PESQUISA**

Como a ausência ou insuficiência de diretrizes pedagógicas voltadas para a população LGBTQIAPN+ nos documentos oficiais da educação brasileira contribui para a reprodução da LGBTfobia e para o despreparo dos educadores no enfrentamento às violências nas escolas?

## **3 JUSTIFICATIVA**

Este projeto de pesquisa surge da necessidade urgente de discutir a diversidade sexual nos espaços educacionais, especialmente para a comunidade LGBTQIAPN+ que frequentam essas instituições - realidade que vivenciei e continuo vivenciando pessoalmente. As escolas, que deveriam ser ambientes de acolhimento, na verdade reproduzem a cisheteronormatividade como padrão único (Akotirene, 2019, p. 19; Crenshaw, 1991; Collins; Bilge, 2016), sem estruturas adequadas para receber corpos e identidades que fogem dessa norma. Como bem aponta Reis (2011, p. 45), "a ausência de políticas públicas [...] reproduz preconceitos", evidenciando a carência de diretrizes pedagógicas específicas para abordar essas questões no cotidiano escolar.

Apesar dos avanços nas discussões sobre diversidade sexual, o espaço escolar ainda é, muitas vezes, um ambiente de produção de violência contra sujeitos que não se enquadram na cisheteronormatividade institucionalizada nos ambientes de ensino. Diante disso, observa-se que os documentos oficiais da educação brasileira ainda apresentam lacunas na construção de materiais e diretrizes pedagógicas eficientes para o combate a essas violências, bem como na atualização dos currículos escolares como práticas voltadas ao enfrentamento da homofobia em sala de aula.

Essa lacuna nos documentos oficiais fica evidente quando analisamos o PNE (2014), que apesar de mencionar a "valorização da diversidade" (Meta 7), não especifica como as escolas devem trabalhar com a diversidade sexual. Na prática, isso significa que muitos educadores ficam sem orientação clara para lidar com casos de LGBTfobia, como aponta

Junqueira (2012, p. 91): "Sem diretrizes pedagógicas, os professores reproduzem, mesmo sem intenção, discursos homofóbicos".

A BNCC (2018) também peca nesse aspecto. Embora fale sobre "respeitar a diversidade" (Competência 9), não explica como incluir questões LGBT+ no currículo escolar. Essa omissão tem consequências graves: segundo dados da ABGLT (2016), 73% dos estudantes LGBTQIAPN+ sofrem bullying nas escolas, mas poucas instituições sabem como combater esse problema de forma efetiva. Como mostra Seffner (2016, p. 53), "a homofobia não é um problema individual, mas institucional".

Por isso, este projeto se faz urgente. Enquanto os documentos oficiais não oferecem caminhos concretos, precisamos criar alternativas para que as escolas possam acolher melhor alunos LGBTQIAPN+. Minha experiência pessoal nesses espaços comprova que a falta de preparo dos educadores e a ausência de materiais adequados só reforçam a exclusão. É preciso agir agora para transformar as escolas em ambientes verdadeiramente inclusivos, onde a diversidade sexual seja respeitada e celebrada.

## 4 OBJETIVO GERAL

Analisar como a ausência de diretrizes pedagógicas voltadas à diversidade sexual nos documentos oficiais da educação, como a BNCC, PCNs e o PNE, contribuem para a reprodução da homofobia nas escolas brasileiras.

### 4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Investigar de que forma a BNCC, o PNE e os PCNs abordam (ou silenciam) a temática da diversidade sexual nos currículos escolares.
2. Analisar como a falta dessas orientações impactam o ambiente escolar e contribui para a perpetuação de violências contra estudantes LGBTQIAPN+.
3. Compreender as dificuldades enfrentadas por educadores no enfrentamento da homofobia em sala de aula, em razão da ausência de formação continuada e diretrizes pedagógicas específicas.

## 5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola é um dos principais espaços de convivência social e formação de identidades. É nela que crianças e adolescentes aprendem não só conteúdos curriculares, mas também comportamentos, valores e formas de se relacionar com o mundo. No entanto, quando não há orientação nítida sobre como lidar com temas como a diversidade sexual e de gênero, o ambiente escolar pode acabar reforçando preconceitos.

Judith Butler (2018, p. 45) afirma que “a escola é um espaço onde as normas de gênero são repetidas e reforçadas, muitas vezes de forma violenta”. Isso significa que, mesmo sem intenção, a escola pode ser um lugar onde comportamentos considerados “fora do padrão” são reprimidos ou ignorados. Se os documentos que guiam a educação — como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE) — não tratam com seriedade a diversidade de gênero e as opressões, tal como a homofobia, esse silêncio acaba sendo uma forma de conivência com a exclusão de alunos LGBTQIAPN+.

Antes de avançar, é importante entender o que é a homofobia. O termo foi criado na década de 1970 por K. T. Smith e definido com mais clareza por George Weinberg como “o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo” (Borrillo, 2010, p. 21). Com o tempo, o conceito se expandiu: hoje, a homofobia é vista como um tipo de preconceito e discriminação ligado à sexualidade, que se manifesta tanto em violências físicas quanto simbólicas — como piadas, exclusões, olhares ou silêncios. Borrillo (2010) chama atenção para o fato de que “a homofobia é um tipo específico de preconceito gestado e resultante de um conjunto de emoções, condutas e ideologias cujo princípio norteador é a construção de uma ética moral que despreze os homossexuais” (Borrillo, 2010, p. 27).

Essa discriminação não se limita apenas aos gays, mas se estende a lésbicas, bissexuais, pessoas trans, travestis e a todas as expressões que fogem do padrão de gênero e sexualidade dominante. Em sua forma mais velada, a homofobia se camufla em pequenas piadas, conselhos “bem-intencionados” ou até em supostos silêncios pedagógicos, mas seus efeitos são reais e profundos. Ela afeta o bem-estar, a autoestima e até a permanência de jovens LGBTQIAPN+ na escola. Relatos de vítimas indicam que muitos enfrentam problemas de saúde mental, isolamento e até risco de suicídio (Albuquerque; Williams, 2015).

A falta de diretrizes pedagógicas específicas para o combate à homofobia nas escolas faz com que os professores muitas vezes não saibam como agir diante de situações de

preconceito. Isso contribui para que casos de violência, discriminação e exclusão passem despercebidos ou sejam tratados com descaso. Quando a homofobia não é nomeada nem enfrentada, ela se naturaliza. A BNCC, por exemplo, propõe uma formação baseada em competências e valores, como o respeito à diversidade, mas não apresenta estratégias claras para tratar efetivamente a temática LGBTQIAPN+. O mesmo ocorre com os PCNs, que falam de direitos humanos, mas silenciam sobre identidade de gênero. Já o PNE teve vetadas propostas de enfrentamento à LGBTfobia.

Mas a homofobia não se ergue sozinha — ela é sustentada por pilares mais profundos como o patriarcado, a heteronormatividade e a misoginia. Como explica Borges (2013), “a homofobia é tanto mais forte, disseminada e persistente quanto mais inquestionável for a heteronormatividade, o patriarcado e a misoginia”. A heteronormatividade é esse conjunto de normas que define a heterossexualidade como natural, obrigatória e superior a todas as outras formas de amar e existir (Miskolci, 2009). Já o patriarcado estrutura a sociedade centrando o poder nos homens e identificando tudo que é feminino como frágil, inferior ou ridículo (Johnson, 1997).

Isso nos ajuda a entender por que certos corpos, comportamentos e afetos ainda são tão marginalizados. Quando um menino é “afeminado” ou uma menina é “masculinizada”, o julgamento moral e social é quase imediato. Como afirma Torrão Filho (2005, p. 143), “o feminino é sempre a ameaça à heterossexualidade do homem”, e a masculinidade, por sua vez, é interditada às mulheres. Ou seja, quem transgride os papéis de gênero e a ordem cis-heteropatriarcal sofre punições — explícitas ou simbólicas.

Essas violências se entrelaçam e se alimentam mutuamente. A homofobia, assim, não deve ser vista como um fenômeno isolado, mas como parte de um sistema estrutural de exclusão. Como mostram os dados da UNESCO (2013), mais de 40% de homens gays afirmaram ter sido agredidos fisicamente em algum momento da vida escolar. Além disso, “a violência homofóbica pode ir desde a violência simbólica, que restringe modos de ser, até a violência física extrema, que elimina pessoas que não se enquadram à norma” (Borges *et al.*, 2013, p. 75).

Por isso, é essencial pensar a inclusão de forma interseccional, levando em conta que o preconceito pode afetar os sujeitos de diferentes formas, dependendo de sua cor, classe social, orientação sexual e identidade de gênero. Ignorar essas diferenças dentro da escola é perpetuar desigualdades que já existem fora dela. Paulo Freire (1996, p. 71) já dizia que “a educação ou é instrumento de dominação ou de libertação”. Essa frase resume a importância de discutir quais valores estão sendo passados no espaço escolar. Quando a escola silencia diante da homofobia,

ela está contribuindo para manter uma estrutura que exclui e violenta. Como reforça o próprio autor, “o silêncio também é uma forma de opressão” (Freire, 1996, p. 85).

A luta contra a homofobia nas escolas não pode depender apenas da boa vontade de alguns professores ou gestores. É preciso que haja uma política educacional clara, com diretrizes objetivas e apoio institucional para que a diversidade seja tratada com seriedade. A ausência dessas diretrizes contribui diretamente para a reprodução da homofobia e para a negação dos direitos dos estudantes LGBTQIAPN+. A escola precisa ser um espaço seguro para todos os corpos, especialmente para aqueles que historicamente foram excluídos e marginalizados. Garantir isso exige mudanças estruturais nos documentos oficiais, formações continuadas para professores e um currículo que valorize todas as formas de existência. Somente assim será possível construir uma educação realmente democrática, crítica e libertadora.

## 6 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com foco em uma análise bibliográfica e documental. Isso significa que o trabalho será desenvolvido a partir da leitura e interpretação de livros, artigos e documentos oficiais que tratam da educação brasileira e dos direitos da população LGBTQIAPN+ nas escolas.

A pesquisa documental, nesse contexto, é entendida como um procedimento técnico e científico que permite examinar e interpretar documentos que ainda não passaram por um tratamento analítico, como leis, planos nacionais, diretrizes curriculares e outros registros oficiais. Trata-se de uma metodologia que permite acessar informações factuais e simbólicas produzidas institucionalmente, servindo como ponto de partida para uma investigação mais aprofundada da realidade educacional. De acordo com Cellard (2008), o documento, enquanto vestígio de uma prática social, deve ser analisado com atenção à sua origem, contexto, intencionalidade e linguagem, o que torna a análise documental especialmente relevante para pesquisas nas Ciências Humanas.

Conforme desenvolvido anteriormente, a ideia central será analisar como os principais documentos que orientam a educação no Brasil — como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE) — abordam (ou deixam de abordar) o enfrentamento à homofobia dentro do espaço escolar. A escolha por esse tipo de pesquisa se deu porque o objetivo não é quantificar dados, mas entender

e refletir sobre os discursos presentes nesses textos, suas consequências para o cotidiano de estudantes LGBTQIAPN+ e suas influências na formulação de políticas públicas.

Além dos documentos oficiais, serão utilizados autores e autoras que discutem temas como educação crítica, opressões no ambiente escolar e diversidade de gênero e sexualidade. Entre eles estão Paulo Freire, Judith Butler e Carla Akotirene, que ajudam a compreender como a escola pode tanto reproduzir quanto combater preconceitos, dependendo de como se organiza e do que ensina.

Para examinar os conteúdos dos documentos selecionados, será utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin. Esta técnica consiste em um conjunto sistemático de procedimentos para descrever e interpretar o conteúdo de mensagens, buscando ir além de uma leitura superficial para identificar significados implícitos e explícitos. A Análise de Conteúdo envolve etapas como a pré-análise (seleção dos documentos e formulação das hipóteses), a exploração do material (codificação e categorização dos temas) e o tratamento dos resultados (inferências e interpretações). Segundo Bardin (1977), esse método permite inferir conhecimentos sobre as condições de produção dos discursos e revelar, por meio da linguagem, valores, ideologias e silêncios institucionais presentes nas políticas educacionais.

O processo de pesquisa envolve leitura, anotações e análise crítica dos materiais. A partir disso, buscar-se-á identificar as ausências, silêncios e limitações nas diretrizes educacionais relacionadas à homofobia, conectando essas observações com a realidade de estudantes que vivem diariamente essas violências.

Por fim, a pesquisa não pretende dar uma resposta definitiva ao problema, mas contribuir com a reflexão sobre a importância de políticas educacionais mais inclusivas, que respeitem e protejam a diversidade dos sujeitos que estão nas escolas.

## 7 CRONOGRAMA

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2025.2</b>	<b>2026.1</b>	<b>2026.2</b>	<b>2027.1</b>	<b>2027.2</b>
<b>Levantamento Bibliográfico</b>	X	X			
<b>Leitura</b>		X	X		
<b>Estudos de Aprofundamento</b>		X	X	X	
<b>Coleta de dados</b>		X	X	X	
<b>Análise e Interpretação de dados</b>			X	X	
<b>Redação</b>		X	X	X	
<b>Revisão</b>				X	
<b>Entrega</b>					X
<b>Defesa</b>					x

## REFERÊNCIAS

**ABGLT. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Tradução de Ana Gabriela Zampieri. 2. ed. Brasília: UNB, 2010.

BORGES, Zulmira Newlands *et al.* Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas. **Latitude**, Santa Maria, v. 07, n. 1, p. 61-76, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/latitude/article/view/12499>. Acesso em: 20 maio 2025.

**BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2018.

**BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 98-111, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JESUS SANTOS, Jean; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Homofobia e escola: uma revisão sistematizada da literatura. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, esp. 1, e8734, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iEsp1.e8734>. Acesso em: 20 maio 2025.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Educação e homofobia:** o silêncio que gera violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLOCI, Richard. **O desejo da nação:** masculinidade e branquitude no Brasil de FHC. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, Toni. **Diferenças na escola:** diversidade sexual e inclusão. Curitiba: Imprensa Oficial, 2011.

SEFFNER, Fernando *et al.* **Diversidade sexual e educação:** desafios para a formação docente. Porto Alegre: Sulina, 2016.